



Vitória! Liminar anula demissões dos trabalhadores da Refinaria de Manguinhos/Refit

A 45ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro concedeu nesta quarta-feira (02/09) uma liminar que determina a imediata reintegração dos trabalhadores demitidos em massa pela Refinaria de Manguinhos, gerida pelo Grupo Refit. Além de reverter as demissões, ela impede novas demissões e ordena que a empresa disponibilize R\$ 10 milhões em juízo para garantir o pagamento de direitos trabalhistas, sob pena de bloqueio compulsório nas contas da companhia.

A liminar assinada pela juíza Bianca Merola da Silva atende a uma Ação Civil Pública movida pelo Sindipetro-RJ. A magistrada reconheceu a ilegalidade das demissões coletivas, destacando que esse tipo de corte não pode ocorrer de maneira unilateral, sendo obrigatória a negociação e participação prévia da representação sindical. Caso a empresa descumpra a ordem e realize novas dispensas irregulares, terá de arcar com uma multa estipulada em R\$ 50 mil por trabalhador.

O processo movido pelo Sindipetro-RJ tem como alvo 27 empresas e pessoas físicas apontadas como controladoras do Grupo Refit. Entre os processados estão os pais do empresário Ricardo Magro e o próprio executivo,



que atualmente é considerado foragido e procurado pela Interpol. As investigações comprovaram a atuação do conglomerado por meio de uma evidente confusão patrimonial. Por isso, o pedido principal da ação é a responsabilização não apenas da Refit, mas de todo o grupo econômico e de seus controladores.

O imbróglio jurídico teve início após uma interdição parcial das instalações da refinaria pela ANP, ocorrida em 26 de setembro de 2025. Desde então, a empresa vinha realizando demissões sistematicamente.

A atual liminar é também resultado

de meses de intensa mobilização do Sindipetro-RJ e dos trabalhadores da refinaria para combater os graves impactos da paralisação da Refinaria de Manguinhos, que provocou mais de duas mil demissões. Esse histórico de resistência foi marcado por atos como o de outubro de 2025 nas sedes da ANP e do TJ-RJ, que garantiram a desinterdição parcial da unidade, passando também para articulações políticas em maio de 2026, com o pedido de estatização da refinaria e pelas vitórias judiciais anteriores, como a restituição dos planos de saúde suspensos.

Seguiremos na linha de frente para que a retomada de Manguinhos se torne uma realidade definitiva, transformando essa vitória em um símbolo de resistência contra a privatização, a impunidade patronal e o desmonte do setor petrolífero, sempre em defesa inegociável da dignidade e da vida da classe trabalhadora.



Grito dos Excluídos 2026

A garantia do direito à terra e à moradia digna está no centro das reivindicações do tradicional Grito dos Excluídos que chega à sua trigésima segunda edição neste ano.

O protesto que ocorre sempre no dia 7 de setembro, conhecido como "Dia da Independência", propõe um verdadeiro grito de liberdade ao povo e à classe trabalhadora brasileira.

O Sindipetro-RJ em conjunto com a CSP-Conlutas tem como principais bandeiras neste ano além da defesa de uma Petrobrás 100% gerida pelos trabalhadores; o Direito à Moradia e Despejo Zero; Defesa

das ocupações urbanas e o combate ao déficit habitacional; a luta contra as pressões imperialistas sobre o Brasil; a luta contra o feminicídio; enfrentamento à violência de gênero e defesa da vida das mulheres da classe trabalhadora; entre outras pautas importantes.

No Rio de Janeiro, a mobilização reúne movimentos sindicais, pastorais sociais e organizações populares em um tradicional ato de rua que será realizado com concentração a partir de 9h, na esquina da Rua Uruguaiana com a Avenida Presidente Vargas, no Centro do Rio.

P-74: Lutar vale a pena!

Petrobrás cancela desimplantes na plataforma



Após denúncias publicadas nos Boletins 454 e 455 sobre o clima organizacional insustentável na P-74, o Sindipetro-RJ foi convocado para uma reunião de emergência com o RH e o Gerente do Ativo 1 de Búzios. A reunião ocorreu na segunda-feira (31/08), e como resultado da forte pressão - inclusive com a publicação do Manifesto de Repúdio dos Trabalhadores da P-74 às medidas do Geop - foi garantido o cancelamento dos desimplantes previstos para setembro e a realocação dos trabalhadores sem prejuízos. O RH negou mais uma vez que exista qualquer diretriz corporativa para uma nova onda de desimplantes baseada no desempenho.

A empresa também afirmou durante a reunião o cancelamento imediato do SIRH dos petroleiros que seriam retirados da plataforma neste mês de setembro e a garantia de que esses companheiros serão realocados em outras unidades, mantendo o regime offshore e sem prejuízos à rotina familiar. Na mesma oportunidade, o Sindicato cobrou duramente a revisão das notas do GD, exigindo atenção prioritária, especialmente para os casos inaceitáveis de avaliação abaixo de 2.

Para formalizar essas cobranças, o Sindicato entregou em mãos uma pauta de reivindicações elaborada pelos próprios trabalhadores da P-74, que pode ser vista na íntegra aqui:



NOTA DE PESAR

Sindipetro-RJ lamenta falecimento de petroleiro em UMPT no Campo de Búzios

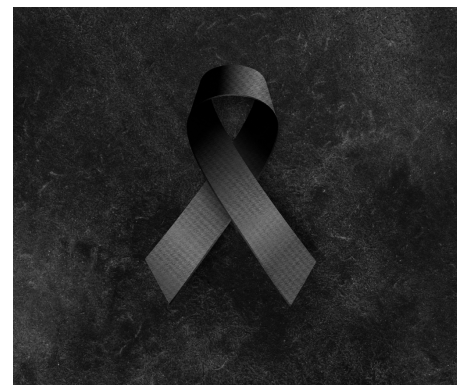
Foi com imenso pesar que o Sindipetro-RJ recebeu a notícia do falecimento do petroleiro Luiz Fernando Silva Tavares, de 38 anos, em 26/08/2026. Luiz era vigilante da empresa Graber Sistemas de Segurança e veio a óbito a bordo da UMPT acoplada à P-76, no Campo de Búzios. Segundo as informações repassadas pela Petrobrás, Luiz Fernando foi encontrado sem vida em seu camarote por um inspetor de segurança, em posição de quem dormia.

Imediatamente após a triste notícia, o Sindicato enviou um ofício à Petrobrás exigindo a instauração de uma Comissão de Investigação para apurar os fatos com rigor e transpa-

rência. Também cobramos um detalhamento sobre o amparo social prestado à família do companheiro.

A empresa informou que o caso foi classificado preliminarmente como óbito não relacionado ao trabalho e que, por isso, o protocolo exigido é o da apuração interna. Sobre a assistência à família, a Petrobrás informou que a contratada assumiu os custos funerários e está oferecendo apoio psicológico aos familiares e à força de trabalho embarcada.

Reforçamos o nosso compromisso inegociável com a saúde e a segurança de todos os trabalhadores, sejam eles do quadro próprio ou terceirizados.



Neste momento de luto, o Sindicato presta sua total solidariedade à família, aos amigos e aos colegas de trabalho diante desta perda irreparável.

Atenção, associado ao Sindipetro-RJ!

Saiba o que você precisa para executar a ação do Plano de Resiliência da Petrobrás

Confira as orientações de como proceder e entenda os parâmetros a serem aplicados nos cálculos para o devido pagamento

O Sindicato está coletando via digital a documentação para quem tem direito a ter a ação executada, no caso somente para os seus sindicalizados. Vale lembrar que o Judiciário julgou ilegal o Plano de Resiliência, que foi implementado pela Petrobrás em 2020, após na época, a empresa ter alegado que estava “se adequando ao cenário de pandemia”.

A Petrobrás recorreu, tentando emplacar novamente uma liminar, mas até o momento não houve mudanças. Agora, o Judiciário reconsiderou o caso a partir de recurso interposto pelo Sindipetro-RJ. Assim, o setor Jurídico do Sindicato está encaminhando as execuções individuais e também está pedindo a execução coletiva.



1. OS PARÂMETROS DE CÁLCULO

O valor que cada trabalhador terá direito dependerá do tempo que a empresa demorou a cumprir a decisão deferida pelo Judiciário, pois o valor fixado por meio de juízo é de

R\$ 200 por dia de descumprimento.



2. QUEM TEM DIREITO A EXECUTAR A AÇÃO?



– **Trabalhadores** do regime administrativo que tiveram redução da jornada de 8h para 6h diárias e corte de 25% dos salários entre os dias 1º e 18 de abril de 2020;



– **Trabalhadores** engajados nos regimes de turno ou sobreaviso que foram transferidos para o regime administrativo em 1º de abril de 2020; e



– **Trabalhadores** que exerciam função **gratificada** (gerentes, coordenadores, consultores e supervisores) em 1º de abril de 2020.



3. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENVIO

Além da assinatura de procuração, declaração de hipossuficiência e termo de responsabilidade que serão fornecidos pelo Sindicato, é preciso enviar:



RG, CPF, comprovante de residência;



Carteira de Trabalho;



Ficha de Registro de Empregado (FRE);



Contracheques de: março, abril, maio e setembro de 2020; e fevereiro de 2021;



contracheques complementares de AJUSTE, SE HOUVER, de maio de 2020, junho de 2020 e fevereiro de 2021.

O Sindicato está disponibilizando um link para quem tem direito a executar essa ação, para envio da documentação necessária.

Confira no QR CODE



Sindipetro-RJ em solidariedade a quem luta contra o genocídio ao povo palestino



A ativista palestina e coordenadora da Rede Samidoun de Solidariedade aos Prisioneiros Palestinos e do Movimento Masar Badil no Brasil, Rawa Alsagheer, recentemente foi sancionada e considerada “terrorista” pelo governo Trump. Ela recebeu essa sanção junto com outros ativistas que integram essas organizações em outros países. A Rede Samidoun é alvo de sanções dos EUA e do Canadá desde 2024, e, na Alemanha, a rede foi banida em novembro de 2023.

As medidas foram anunciadas pelo Escritório de Controle de Ativos Es-

trangeiros (Ofac), do Departamento do Tesouro dos EUA, com base na legislação estadunidense de combate ao terrorismo. Além de Alsagheer, a administração Trump também sancionou Zaid Abdunnasser, outro dirigente do Movimento Masar Badil, que vive na Alemanha.

Repudiamos a classificação imputada à Rawa Alsagheer e a outros ativistas pelo governo dos EUA.

Terroristas são Trump e Netanyahu!



Adiado o julgamento do recurso de Zé Maria no TRF-3

Reafirmamos o nosso total apoio a Zé Maria, dirigente histórico do PSTU, alvo de perseguição e condenação por defender o povo palestino e denunciar o genocídio praticado por Israel. Em sua defesa, o Sindicato enviou uma Carta Aberta ao TRF-3 exigindo sua absolvição. O julgamento do recurso, inicialmente previsto para 24/09, foi adiado devido ao falecimento do desembargador relator. Logo teremos a nova data, e até lá, reforçamos que a campanha por sua absolvição precisa continuar firme e ganhar ainda mais força.

Solidariedade com Zé Maria e Rawa Alsagheer!

Defender a Palestina não é crime, denunciar o genocídio não é discurso de ódio!

SEMINÁRIO

Petros e AMS em debate

O Sindipetro-RJ promoveu na terça-feira, 1º de setembro, o “Seminário Petros/AMS: Fim dos Equacionamentos e Consequências de uma Possível Migração”.

As conferências apresentaram um panorama da situação da Petros e dos participantes do PPSP-1, debatendo as perspectivas de uma possível migração de planos. Também foi abordada a situação da AMS e as cobranças de saldos negativos aos beneficiários.

Brevemente publicaremos um material mais completo sobre o evento.



Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

Telefone: 21 3034-7300

Sede: Av. Passos, 34 - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20051-040

Subsede: R. Itassucê, 157 - Jacuecanga - Angra dos Reis - RJ CEP 23905-000

Redação:

André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Kênia Rosa Cardoso

Edição: André Lobão (MTb 28.307-RJ)

Designer Gráfico: Wil Silva (POTI Comunicação)